

O Outro no Mundo Oriental : Identidade e Integração no Império Assírio

KATIA MARIA PAIM POZZER

Resumo

A Assíria estava localizada na região da planície entre o norte do rio Tigre e do rio Eufrates, conhecida como a Alta Mesopotâmia. Importantes cidades desta região, como Nínive, Arbela e Aššur foram reunidas no II milênio AEC para formar o estado assírio. No I milênio AEC o império assírio praticou uma política para dominar os povos vencidos: a deportação massiva. O objetivo era suprimir toda resistência nacional realizando uma vasta integração. O tratamento dado aos prisioneiros e aos deportados é mencionado em inúmeros documentos, sejam eles epigráficos ou iconográficos - as inscrições reais e os baixo-relevos. A superioridade do poder militar que garantiu a hegemonia assíria, estava baseada na ideia da vontade do deus Aššur em realizar estas conquistas. A expansão assíria foi construída em termos morais e teológicos: era correto e apropriado que os povos vizinhos se submetessem à autoridade assíria, pois isto era sancionado pelos deuses. E a oposição à soberania assíria era entendida como resistência à vontade divina e duramente castigada. Todos os territórios e povos conquistados estavam incluídos no império assírio, na categoria de cliente ou de província, porém havia uma diferença entre a identidade nacional e étnica assíria e a identidade do império assírio. Um povo que mantivesse uma relação de clientela era visto, política e ideologicamente, como inferior, já os povos conquistados e anexados enquanto província, tornavam-se parte integrante do império assírio e eram assimilados à identidade étnica assíria.

Palavras-chave: Assíria, Identidade, Deportação

Resumen

La Asiria se encuentra en la región de planicie al norte de los ríos Tigris y Eufrates, conocida como la Alta Mesopotamia. Ciudades importantes de esta región, como Nínive, Arbelas y Ashur, fueron reunidas en el II milenio AEC para formar el estado asirio. En el primer milenio AEC el imperio asirio

practica una política para dominar a los pueblos vencidos: la deportación masiva. El objetivo era suprimir toda resistencia nacional, llevado a cabo una amplia integración. El tratamiento de prisioneros y deportados es mencionado en innumerables documentos, ya sean epigráficos o iconográficos – las inscripciones reales y bajorrelieves. La superioridad del poder militar que aseguró la hegemonía asiria se basa en la idea de la voluntad del dios Assur en el cumplimiento de estas conquistas. La expansión asiria fue construida en términos morales y teológicos: era correcto y apropiado que los pueblos vecinos se sometiesen a la autoridad asiria, ya que esto era sancionado por los dioses. Y la oposición a la soberanía asiria se entiende como la resistencia a la voluntad divina y es duramente castigada. Todos los territorios y pueblos conquistados eran incluidos en el imperio asirio, en la categoría de clientes o provincias, pero había una diferencia entre la identidad nacional y étnica asiria y la identidad del imperio asirio. Um pueblo que mantuviese una relación de clientela era visto, político e ideológicamente, como inferior, mientras que los pueblos conquistados y anexados como provincia, se convertían en una parte integral del imperio asirio y se asimilaron en la identidad étnica asirio.

Palabras claves: Asiria, Identidad, Deportación

Abstract

Assyria was located in the plain region between the northern Tigris and the Euphrates River, known as the Upper Mesopotamia. Important cities of this region, such as Nineveh, Arbela and Ashur were gathered in the second millennium BCE to form the Assyrian state. In the first millennium BCE the Assyrian empire practiced a policy to dominate the conquered people: the massive deportation. The goal was to suppress all national resistance carrying out a wide integration. The treatment of prisoners and deportees is mentioned in several documents, whether epigraphic or iconographic - the royal inscriptions and bas-reliefs. The superiority of military power that assured the Assyrian hegemony was based on the idea of Assur will of God in accomplishing these achievements. The Assyrian expansion was built on moral and theological terms: it was right and proper that the neighboring peoples to submit to Assyrian authority because the gods sanctioned it. And the opposition to the Assyrian sovereignty was seen as resistance to the divine will and hard punished. All territories and conquered peoples were included in the Assyrian empire, in the category of customer or province, but there was a difference between national identity and ethnic Assyrian and the identity of the Assyrian empire. A people who maintain a customer relationship was seen, politically and ideologically, as inferior, as people conquered and annexed as province, became an integral part of the Assyrian empire and were assimilated into the Assyrian ethnic identity.

Key-words: Assyrian, Identity, Deportation

O Outro no Mundo Oriental : Identidade e Integração no Império Assírio

KATIA MARIA PAIM POZZER
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
katia.pozzer@ufrgs.br

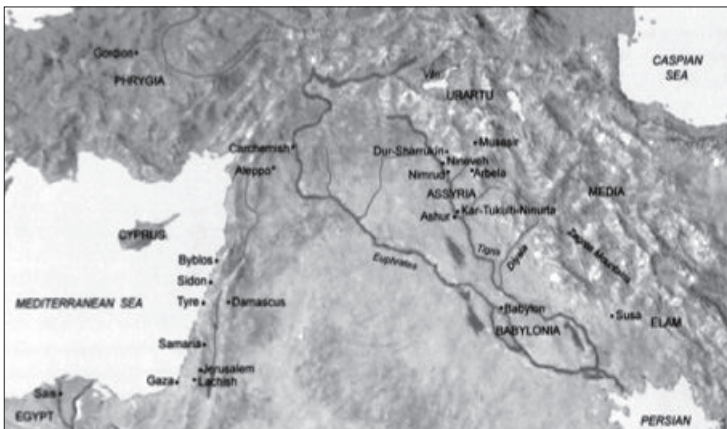
Introdução

Este texto tem por objetivo responder ao desafio de aportar alguns questionamentos sobre a questão da identidade/alteridade em uma civilização muito distante da nossa, no tempo e no espaço, e que vêm sendo objeto de meus estudos nos últimos anos: o imperialismo assírio no contexto do antigo Oriente Próximo.

A historiografia sobre a antiga Mesopotâmia nos apresenta uma sociedade integrada com uma cultura e uma linguagem comum, mas isto está longe de corresponder a verdade histórica. As fontes epigráficas e iconográficas nos mostram uma grande diversidade étnica e cultural que ocupava o território que convençamos dar a unidade de Mesopotâmia. Ali viveram povos diferentes, nômades e sedentários, que entraram em guerra muitas vezes, ao longo dos três milênios de história antiga na região, como os sumérios, acádios, babilônicos, assírios, amorritas, cassitas, hurritas, hititas, entre outros. Portanto, podemos afirmar que o “homem mesopotâmico” nunca existiu! Como afirma J.-J. GLASSNER (2002, p. 24): “a Mesopotâmia é uma terra de mestiçagem, as culturas que ali existiram são culturas mestiças”.

Observamos que nesta história de longa duração, a Mesopotâmia oscilou entre a unificação e a atomização do poder e isto teve consequências culturais importantes como: o bilinguismo praticado na metade sul, onde dominavam o acádico e o sumério; a sobrevivência de textos antigos graças às escolas e suas práticas pedagógicas de copiar as grandes séries de listas lexicais, listas de presságios de hepatoscopia e astrologia, textos religiosos, literários e históricos e a constituição de bibliotecas que conteriam “o saber universal” por reis assírios que edificaram grandes impérios. Nas ruínas de Nínive foi encontrado o corpus literário mais completo e melhor preservado, composto, sobretudo, de textos da tradição babilônica, graças à grande empreitada de reunião da documentação sapiencial e religiosa feita pelos reis assírios sargônidas. O exame detalhado da biblioteca de Assurbanipal, em Nínive, mostrou que a maioria dos textos eram de caráter literário ou mitológico e a maior parte das bibliotecas oficiais ou privadas possuíam longos excertos ou a integralidade das grandes obras literárias mitológicas babilônicas: Enûma Eliš, Epopeia de Gilgamesh, Epopeia de Erra, A descida de Ištar aos Infernos, Atrahasis, entre outras. Todos esses documentos são obras que evidenciam esta importante diversidade cultural, étnica e linguística que existia na região.

O império neoassírio foi um Estado multiétnico composto por inúmeros povos e tribos de origens diferentes (POSTGATE, 1992). Não obstante sua diversidade étnica, ele foi uma entidade política uniformemente estruturada com limites bem definidos. Os reis assírios consideravam “a terra de Aššur” como um território unificado e em



*Fig. 1: Mapa da região da Assíria
Fonte: adaptado de Collins (2008, p. 21)*

expansão. Para o mundo exterior, ele era da mesma forma considerado como um todo aglomerado, monolítico, cujos habitantes foram identificados como assírios, independentemente de suas etnias.



Fig. 2: Mapa da região da Mesopotâmia.

Fonte: adaptado de https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/c1/Map_of_Assyria.png

O Imperialismo Assírio: algumas considerações teóricas

A Assíria estava localizada na região da planície ao noroeste do rio Tigre, conhecida como a Alta Mesopotâmia. Importantes cidades desta região, como Nínive, Arbela e Aššur foram reunidas no II milênio AEC para formar o estado assírio (Fig. 1). A fase considerada de apogeu do império foi de 721 à 630 AEC, sob os reinados de Sargão II, Senaqueribe, Esarhadon e Assurbanipal. Neste período, conhecido como “pax assyria”, a Assíria dominou as potências rivais e estabilizou a organização interna do império. A superioridade do poder militar que garantiu a hegemonia assíria, estava baseada na ideia da vontade do deus Aššur em realizar estas conquistas (Fig. 2). A expansão assíria foi construída em termos morais e teológicos: era correto e apropriado que os povos vizinhos se submetessem à autoridade assíria, pois isto era sancionado pelos deuses. E a resistência à soberania assíria era entendida como resistência à vontade divina e castigada duramente.

Todos os territórios e povos conquistados estavam incluídos no império assírio, na categoria de cliente ou de província, porém

havia uma diferença entre a identidade nacional e étnica assíria e a identidade do império assírio. Um povo que mantivesse uma relação de clientela era visto, política e ideologicamente, como inferior, já os povos conquistados e anexados como uma província, tornavam-se parte integrante do império assírio e eram assimilados à identidade étnica assíria (BEDFORD, 2009, p.61). E esta prática é referida por vários soberanos assírios, como testemunha este texto dos Anais de Sargão II (Fuchs apud LIVERANI, 2008, p. 192):

Gente das quatro partes do mundo, de língua estrangeira e de idioma incompreensível, habitantes de montanhas e de planuras, todos os súditos da luz dos deuses e senhor de tudo, eu os transportei por ordem de Aššur meu senhor e pelo poder de meu cetro. Eu os fiz se tornarem de uma só língua e os insidiei ali. Designei-lhes assírios como escribas e vigilantes, capazes de lhes ensinar o temor de deus e do rei.

Segundo LIVERANI (2008, p. 192): “O objetivo final é uma assimilação linguística, cultural, política o mais completa possível, de modo a transformar os vencidos em assírios”. Mas do ponto de vista local, das populações conquistadas, isto representava um processo de perda de identidade cultural extremamente grave. Antigos centros urbanos importantes, com uma produção econômica e cultural próprias passavam para a condição de simples centros administrativos provinciais, tendo por função a arrecadação de recursos humanos e materiais para a capital do império, perdendo assim sua autonomia e identidade cultural.

Bradley PARKER (2001), em seu estudo sobre os mecanismos do império assírio propôs um modelo teórico para entender esse sistema. Assim, o autor (2001, p. 249) define quatro tipos de estruturas do império: as províncias; os estados vassalos; os estados-tampão e as zonas intermediárias.

Podemos qualificar uma província como um espaço territorial sob controle assírio, submetido a um sistema hierárquico de funcionários provinciais, sendo o mais alto nível ocupado pelo governador da província, que deveria se reportar diretamente ao rei. Os assírios exerciam um controle hegemônico em regiões periféricas pela imposição de obrigações políticas conformando, assim, um estado vassalo. Sua subordinação passava, primordialmente, pela obediência política de relação de paz com a Assíria e o pagamento de tributos e, uma questão importantíssima, o fluxo de informações da inteligência

militar. Os estados vassallos tinham obrigação de enviar relatórios periódicos sobre toda e qualquer notícia das cortes inimigas ou vizinhas. (POZZER, 2013).

O estado tampão pode ser conceituado como um governo que tem ligações entre dois ou mais estados rivais ou de sua esfera de influência. Esses estados eram tolerados pelos assírios, ou mesmo encorajados pois formariam um espaço de separação de fronteiras geográficas entre a Assíria e seus inimigos, teriam um caráter de neutralidade política que assegurava certa tranquilidade.

A chamada zona intermediária não se distancia muito do estado tampão, pois também possui este caráter de neutralidade política, só que aqui não há estados organizados, mas trata-se de espaços geográficos sem ocupação e sem interesse estratégico maior.

Multiculturalismo e Identidade

No final do III milênio AEC os mesopotâmicos criaram uma imagem da terra e de seus habitantes segundo a qual existiria um centro urbano altamente civilizado, povoado de seres humanos, ao qual se oporia uma periferia subdividida em quatro zonas orientadas segundo os pontos cardeais e que seriam povoadas de bárbaros. Esses últimos eram caracterizados segundo critérios negativos: viviam fora dos espaços domésticos, tinham pouca inteligência, suas línguas eram balbúcios confusos, ignoravam a agricultura, os alimentos cozidos, as bebidas fermentadas e a etiqueta à mesa, desconheciam as casas e as cidades, assim como as sepulturas, e não manifestavam nenhum respeito pelos deuses. (GLASSNER, 2002, p. 93-94). Assim, no império assírio esse conceito foi retomado e atualizado, tendo os assírios como o centro da “civilização” (Fig. 3).

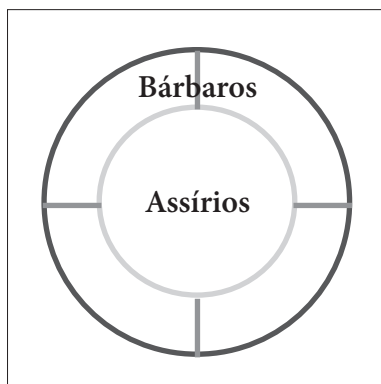


Fig. 3: Representação assíria do mundo e de seus habitantes.

Um exemplo de documento que faz uma importante distinção entre assírios e não-assírios, ao abordar a questão da presença de tropas auxiliares de origem estrangeira no exército assírio, é uma carta enviada

ao rei Sargão II. Nela a presença de elementos de origem estrangeira evidencia que o exército teria sido transformado, ao longo do tempo, em um organismo plenamente multiétnico. Trata-se de uma carta enviada por um oficial à Sargão II, enumerando os efetivos no acampamento de Mazamua, cidade situada na fronteira oriental que separava a Assíria dos territórios dos Manaeus (FALES, 2010, p. 145-151):

Para o que se refere a ordem que o rei, meu senhor, me deu, “faça uma revista das tropas de Mazamua e escreva-me”, (então):

10 carros, 2 carroças de transporte, 10 arreios de cavalos; 10 arreios de mulas: um total de 20 arreios, 97 cavalos de sela.

11 cocheiros de carro (mukil appâte), 12 “terceiros homens” [da equipe do carros] (tašlišu), 10 chefes de carro (mār dammaqūte); 53 cavaleiros (susānu); [20] chefes de arreios (rab urâte) - no total 106 homens de carros.

161 cavaleiros (ša pethallâte), 130 cavaleiros (susānu); 52 zunzurahhu: no total 343 susānu (?). 8 lacaios, 12 talhadores, 20 copeiros, 12 lojistas, 7 padeiros, 10 cozinheiros: um total de 69 domésticos.

8 sábios (ummānu); 23 condutores de asnos; 1 oficial de serviços de informações; 80 soldados de infantaria (kallāpu).

No total 630 assírios.

360 gurreanos; 440 itueanos.

Total geral, 1.430 homens da tropa do rei, incluídos aí aqueles que estavam lá antes e aqueles de me trouxeram ajuda no campo¹.

Os gurreanos e os itueanos são etnônimos que correpondem, respectivamente, à pessoas de origem nômade da região à leste do Tigre e à um conjunto étnico arameu que tinha combatido no baixo Tigre para Tiglat-phalasar III. A documentação nos permite afirmar que tropas estrangeiras faziam parte do exército assírio desde o século IX AEC, muito anterior ao comumente aceito como sendo o período de Tiglat-phalasar III (745-727 AEC) o período da iniciativa de integração de estrangeiros nas forças armadas assírias, como o pioneiro na constituição do império.

A iconografia dos relevos assírios do I milênio AEC apresenta esta diversidade étnica da Mesopotâmia sob inúmeras formas. A principal delas é composta pelos relevos que tratam da guerra, onde diferentes populações são retratadas: soldados estrangeiros mortos nos campos de batalha; população civil capturada e deportada; soldados e oficiais

¹ Tradução nossa.

assírios; eunucos da comitiva real, reis estrangeiros; funcionários assírios e alguns exemplos de representação de mulheres, quase sempre como cativas, algumas acompanhadas de crianças e, mais raramente, as rainhas assírias.



Fig. 4: Relevos de Lakiš

Fonte: Museu Britânico, Londres - Foto da autora

Julian READE (1972, p. 87-112 apud FALES, 2010, p. 146, n. 100) foi o primeiro a identificar a presença de elementos estrangeiros auxiliares no exército assírio nas representações dos baixos-relevos. Os critérios desta distinção eram simples: os soldados que portam um elmo pontudo eram assírios, os que tinham um elmo de outro tipo ou não tinham elmo, com os cabelos presos por uma fita e portavam saias curtas de franjas faziam parte das tropas auxiliares. Segundo o autor, os gurreanos e os itueanos eram mencionados juntos em vários textos, devendo-se identificá-los como lanceiros auxiliares e arqueiros auxiliares, respectivamente.

O detalhe abaixo (Fig. 4) apresenta uma diversidade étnica na composição do exército assírio. Trata-se do relevo conhecido como “A Batalha de Lakiš”.

Esse relevo, com cerca de 18m de comprimento e 2,7m de altura, foi descoberto por Henry Layard em 1853 e está, atualmente, no British

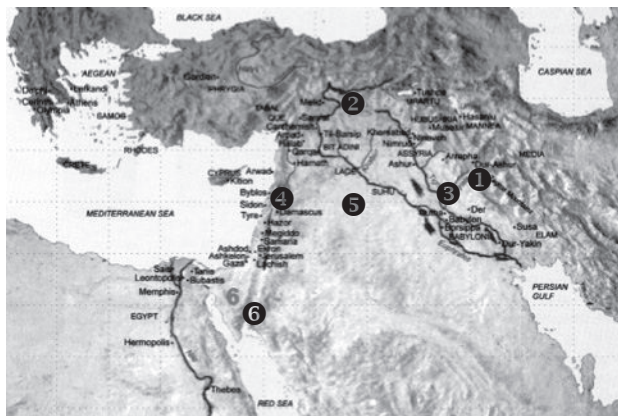


Fig. 5: Mapa da região da Assíria

Fonte: adaptado de Collins (2008, p. 21)

Museum, em Londres. Esta é a série mais longa e mais detalhada dos relevos assírios que retratam a conquista de uma única cidade fortaleza. Estes relevos se referem as batalhas realizadas com o objetivo de conter a revolta palestina contra os assírios em 705 AEC, quando os exércitos do Egito, da Fenícia, da Palestina, sob o comando de Judá, estiveram envolvidos na rebelião. (OTZEN, 1979, p. 258).

Mas a documentação evidencia muitos outros grupos étnicos que faziam parte das tropas assírias. Durante os séculos VIII e VII vários outros povos vieram a participar das estruturas civis e militares do império assírio. Desde a época de Sargão II se nota um importante desenvolvimento, com o incorporação de corpos particulares de estrangeiros na cavalaria e nos carros do exército.

O documento SAA IV, 139-145 (FALES, 2010, p. 149) enumera uma lista de componentes estrangeiros no exército assírio no período de Asarhaddon (680-668 AEC). O texto menciona itueanos, elamitas, hitititas, gurrianos, maneus, medas, acádicos (babilônicos), arameus, cimmericianos, egípcios, filisteus, sidonianos, qedaritas, núbios, kuschitas, entre outros. Esta lista indica a presença de pessoas das diversas regiões do império e das zonas adjacentes (Fig. 5):

1. do Irã ocidental/Zagros: maneus, medas e elamitas
2. de uma zona intermediária entre o Irã e a Anatólia: cimmericianos
3. população nômade ou sedentária da Mesopotâmia: itueanos, gurrianos, acádicos, arameus
4. região do Transeufrates do interior e da costa: hititas, filisteus, sidonianos

5. Arábia setentrional: qedaritas

6. Sinai: egípcios, kuschitas

Esta lista de populações, algumas aliadas, outras incorporadas à força, como membros do exército ou de equipes de apoio, dão uma ideia do quadro geográfico da influência político-militar do império em torno de 670 AEC.

O tratamento dado aos prisioneiros e aos deportados é mencionado em inúmeros documentos, sejam eles epigráficos ou iconográficos - as inscrições reais e os baixo-relevos. Assurnazirpal II (883-859 AEC) foi o primeiro monarca a relatar estas práticas e narrar as deportações sistemáticas de populações das regiões conquistadas. Todos os outros soberanos que se seguiram continuaram realizando narrativas similares. Mas é preciso analisar criticamente estes documentos, pois há uma boa dose de propaganda política e os dados numéricos parecem muito exagerados. (ODED, 1979, p. 41)

Um exemplo desta propaganda é o texto que encontra-se nos Anais de Assurnazirpal II, linhas 109-115 (TALON, 2001, p. 29):

Eu me aproximei da cidade de Uda, fortaleza de Lapturi, filho de Tupusi. Eu sitiei a cidade e a conquistei por meio de brechas, de torres e todos as máquinas de sitiamento. Eu passei pela armas 1.400 de seus guerreiros e capturei vivos 780. Eu fiz sair [da cidade] 3.000 prisioneiros como butim. Eu empalei os soldados vivos sobre estacas no exterior da cidade, a uns eu os ceguei, o restante, eu os desenraizei e os deportei para a Assíria. Eu fiz minha esta cidade.²

Identidade e integração

A deportação, para os assírios, era muito mais do que um deslocamento de populações servis. A deportação era a incorporação de novos indivíduos à sua sociedade, que passavam a pertencer, também, à sua cultura e religião. Observa-se que as deportações não se referem somente à família real e à corte palatina, que por acaso são tratadas à parte, mas também à população agropastoril, das vilas e das pequenas cidades (“homens e mulheres, grandes e pequenos”), ainda que houvesse especial atenção no registro de competências de trabalho de caráter especialista (LIVERANI, 2008, p.192).

²Tradução nossa.

No I milênio AEC o império assírio e o babilônico praticaram uma política para dominar os povos vencidos: a deportação massiva. Os reis assírios a partir de Tiglat-Piliser III sistematizam esta prática antiga. O objetivo era quebrar toda resistência nacional operando uma vasta integração. É assim que os habitantes de Sidon partem para a Assíria, os de Samaria para a bacia do Habur, na Síria do norte, 150.000 arameus da Babilônia do sul são dirigidos para o nordeste, os babilônicos vão habitar a Samaria onde encontram os árabes, etc. As populações deportadas reencontram suas famílias, seus hábitos e conservam seu status, mas são desenraizadas. Kalhu é povoada de arameus e de sírios; Dur-Šarrukin, segundo as palavras de Sargão, acolhe pessoas originárias de todas as partes do mundo e falam todo o tipo de línguas³.

As regiões assim povoadas eram arruinadas pela guerra e era feito um grande esforço para ampliar as terras cultivadas. Em todo o lugar os sítios em ruínas são reconstruídos, às vezes embelezados e aumentados antes de serem reocupados. Assim a questão da segurança do império tornava-se um prolongamento econômico. Esta política é testemunha do esforço de integração dos reis assírios: os deportados são tratados como assírios, tanto no plano jurídico como no plano social, pois são estrangeiros vencidos.

É a partir de Senaqueribe que a terminologia das inscrições oficiais muda e não faz mais referência a integração dos estrangeiros, eles agora são contabilizados como butim de guerra. Fica claro que trata-se de um tipo de escravidão, ainda que não exista o termo específico para designá-lo.

O Estado neoassírio do século X ao VIII AEC parece ter sido capaz de manter um aparato administrativo que, embora apoiado em um certo bem estar social e identidade étnica, era baseado em uma crença religiosa unificada no culto de Aššur. Os elevados tributos, que garantiram uma base estável para a manutenção deste aparato estatal, estavam integrados no sistema de vassalagem e dependência da dinastia real e do culto de Aššur, que era deliberadamente introduzido no panteão dos povos conquistados. O sistema hegemônico estava ligado à questão da força e do prestígio do império, isto é, ao seu poder (BEDFORD, 2009, p. 54). No entanto, podemos questionar o quanto,

³ Há indícios que a prática da “deportação cruzada” (pessoas de diversos lugares sendo deslocadas ao mesmo tempo) teria envolvido cerca de 4,5 milhões de pessoas entre 830 e 640 AEC (LIVERANI, 2008, p. 193).

efetivamente, a massa da população do império compartilhava a identidade assíria?

Acreditamos que, muito antes da ascensão dos nacionalismos no século XIX, as sociedades antigas já possuíam uma concepção de identidade nacional que estava associada à ideia de uma identidade coletiva nacional e relacionada à subjetividade do indivíduo e suas origens étnicas.

PARPOLA (2004, p. 6) afirma que as identidades nacionais e étnicas não eram exclusivas ou excludentes, pois a maioria dos habitantes das cidades era multiétnica. A extradição de fugitivos e refugiados políticos era uma cláusula padrão nos tratados da Assíria e um tópico recorrente na correspondência administrativa. Estes documentos evidenciam que o termo “território da Assíria” denota áreas permanentemente incorporadas no sistema provincial da Assíria, ao contrário dos Estados Aliados e dos não-vassalos, que tinham suas próprias fronteiras.

A presença de comunidades étnicas no país de acolhimento poderia ter ajudado a manter as identidades étnicas de imigrantes e seus descendentes, mas não pode retardar ou reverter o processo de assimilação. A consciência étnica está relacionada com a educação, de modo que as pessoas educadas podem cultivar uma identidade étnica herdada ou adotada após o limite crítico de três gerações (PARPOLA, 2004, p. 7, n13). Esse processo também está relacionado com a discriminação social e a perseguição, pois as minorias étnicas oprimidas e perseguidas podem desenvolver identidades mais fortes do que as outras não perseguidas.

Segundo PARPOLA (2004, p. 8), não há dúvidas que a Assíria permaneceu como uma sociedade multiétnica e muitas das suas minorias étnicas parecem que mantiveram suas identidades, ao menos em certa medida, até o fim do Império. Inúmeros documentos legais de Aššur, Nínive e Katlimmu, de períodos mais recentes, mencionam cidadãos assírios identificados, a partir de seus nomes, como egípcios, judeus, árabes, anatólios e iranianos. Contudo, é preciso questionar quanto esses nomes étnicos refletem uma verdadeira consciência étnica. A partir do VIII século AEC em diante, etnônimos como: Arbāyu para «árabe», Mādāyu para «Meda», Musurāyu para “egípcio”, e Urartāyu para «Urarteano» aparecem frequentemente como nomes de pessoas totalmente assirianizadas, indivíduos ricos em altas posições sociais e políticas.



Fig. 6: *Escribas em Til-Bosippa (Tell Ahmar), século VIII AEC. Pintura mural, H: 1, 40m. Fonte: Parrot, 2007, p. 256*

Por outro lado, é inegável que a partir da segunda metade do segundo milênio AEC, a população do interior do sistema provincial do império foi sujeita a um processo contínuo e sistemático de assimilação e integração. A política de deportações em massa introduzida por Assurnazirpal II, do que continuou em uma escala muito maior por Salmaneser III, Tiglat-Pileser III e a dinastia sargônida, mudou completamente o mapa político, demográfico e linguístico do Antigo Oriente Próximo.

Um elemento crucial e notório do processo de aculturação foram as deportações que teriam uma dupla finalidade. Repovoar campos de cidades assírias que haviam sofrido com um acentuado declínio da população devido às campanhas militares, convenientemente instalavam-se grupos de camponeses nos campos assírios adquirindo-se competências técnico-artesanais para os trabalhos de construção e para o funcionamento da corte. (LIVERANI, 1995).

Entre 830 e 640 AEC, cerca de 4,5 milhões de pessoas de todas as partes do império foram retiradas de suas casas e se estabeleceram em outros lugares, principalmente na região central da Assíria e nos grandes centros urbanos. Essas deportações, que originalmente



Fig. 7: *Detalhe, deportados - Lakiš*
Fonte: Museu Britânico, Londres - Foto da autora

tiveram objetivos puramente políticos e econômicos, acabaram tendo um impacto muito grande nos aspectos linguísticos, sociais e culturais. (ODED, 1979, p. 20).

A partir de meados do século VIII AEC o aramaico tornou-se a língua franca em todo o império (GARELLI 1982). Concomitantemente, a administração assíria começou a utilizar o alfabeto aramaico com a escrita cuneiforme. Escribas arameus escreviam sobre rolos de papiros ou pergaminho, ao lado dos escribas assírios que utilizavam tabletes de argila ou placas de madeira parafinadas (Fig. 6).

Salientamos que a deportação assíria foi de homens juntamente com suas famílias e eles ainda tendiam a manter a comunidade estruturada dos deportados para transporte e reassentamento dos grupos de acordo com a geografia, e através de acordos nacionais que preservaram afinidades culturais (Fig. 7). Deportavam-se famílias inteiras, comunidades homogêneas, justamente para manter alto o moral e a vontade de viver e de trabalhar. (LIVERANI, 2008).

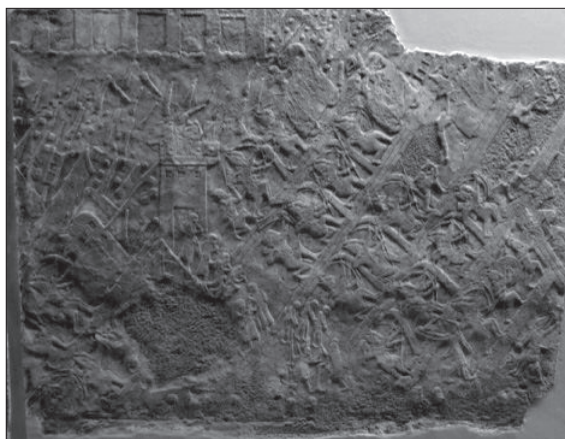


Fig. 8: Relevo da conquista de Lakiš

Fonte: Museu Britânico, Londres - Foto da autora

As deportações ocorriam de forma sistemática dentro das políticas imperiais em inscrições reais assírias aparecem em textos de negócios administrativos e jurídicos os deportados realizando diversas operações administrativas. Nos estudos da deportação observamos também que as práticas de punições ocorriam devido a rebeliões contra as regras assírias, essas rebeliões corroboravam para a liquidação das potências

rivais ampliando o exército assírio e consequentemente a aquisição de trabalhadores qualificados (Figs. 8 e 9).

Conclusão

O estudo do mundo antigo oriental nos mostra a importância das imagens para este povo da antiguidade, os assírios revelam através da arte parietal não somente suas conquistas bélicas, mas sua interpretação do mundo. Através do estudo destas fontes iconográficas pode-se entender que os relevos não são uma tradução pictórica dos textos, mas que existe uma complementaridade, uma associação de dois modos de expressão. Neste sentido se percebe o quanto as reflexões sobre estes monumentos ensejam cotidianamente a pesquisa e a novas interpretações do universo assírio. Para os assírios a arte não era somente o ato de esculpir o alabastro, mas sim de enaltecer o poder da memória a fim de eternizarem-se no tempo.

A deportação foi um dos temas preponderantes dos relevos, pois através da imposição da supremacia, seja na força das batalhas ou nos adornos dos palácios, os assírios assumiam a missão divina de transformar os povos conquistados em assírios, tendo em vista que se consideravam o centro do mundo. A construção da imagem real fazia parte de um discurso impregnado de vitórias que legitimavam a assimilação linguística e cultural imposta.

As deportações maciças das pessoas estrangeiras na Assíria e a reorganização das áreas conquistadas como províncias assírias, trouxeram grande número de novas pessoas submetidas à uma influência cultural direta e crescente. Os povos das províncias recém-estabelecidas se tornaram “cidadãos” assírios (ODED, 1979, p. 81-91). Enquanto o processo de assirianização posto em curso andou mais rápido nas grandes cidades da Assíria central, ele deve ter prosseguido mais lentamente nas novas províncias. Suas classes dirigentes foram deportadas para a Assíria e substituídas por administradores assírios. Suas capitais, que tinham sido saqueadas, foram reconstruídas segundo o modelo assírio de urbanização e arquitetura e suas populações locais foram mescladas com outros deportados provenientes de outras partes do império.

O intenso processo de aculturação assim iniciado durou por um período de mais de duzentos anos. Ele foi impulsionado pelos casamentos mistos, pela participação conjunta em expedições militares, pela criação de negócios e pela contínua interação entre todos os segmentos da população, em todos os aspectos da vida cotidiana. Ao

mesmo tempo ocorreu o desenvolvimento do aramaico como língua franca e o uso do alfabeto aramaico na administração do Império, e a população, que era originalmente heterogênea, se tornou cada vez mais social e culturalmente homogênea (JOANNÈS, 2001, p. 64). No final do século VII AEC, a Assíria foi dividida em dois grandes grupos linguísticos: de um lado, os que falavam aramaico e, de outro, os que falavam acádio.

Identidades étnicas se desenvolvem espontaneamente. As identidades nacionais, no entanto, especialmente aquelas de estados multiétnicos, são consciente e sistematicamente criadas. No que se refere a Assíria, o conceito de cidadania assíria foi central para a sua expansão, e sabemos que os reis assírios se esforçaram sistematicamente para unificar as multidões de pessoas governadas por eles em uma única nação.

O próprio nome do país, “Terra de Aššur”, denota a concepção de um reino cuja divindade principal está separada do restante do mundo. Ele era, originalmente, somente uma província em torno da cidade de Aššur, mas cresceu com a adição de novos territórios. Cada nova província foi transformada em parte integrante da original “Terra de Aššur”, e seus povos se tornaram cidadãos assírios regulares: tinham segurança e prosperidade, eram iguais perante a lei e podiam apelar diretamente para o rei, se fosse necessário.

A noção inerente de “nós” contra “todos os outros”, que veio com esta dicotomia reforçou a ideologia dualista do Império, que viu a Assíria como o reino do deus Aššur encarregado de espalhar a luz da civilização para o mundo que o rodeia.

O estudo da construção de identidade no império assírio nos permite concordar com Jan ASSMANN (2010, p. 125) quando diz que:

Um sistema simbólico comum permite a formação da identidade coletiva, isto é, a consciência de pertencimento a um grupo social, que depende de um saber e de uma memória comuns. É possível incluir neste sistema simbólico não só a linguagem, mas também “ritos, motivos e ornamentos, monumentos, imagens. Tudo pode tornar-se signo para codificar este caráter comum.”⁴

O objetivo estratégico de longo prazo da Assíria, portanto, não foi a criação de um império sustentado por armas, mas uma nação unida

⁴Tradução nossa.

por um rei semidivino percebido como a fonte de segurança, paz e prosperidade. Este objetivo foi conseguido através de uma assimilação e integração sistemática implementada por uma política orientada para atenuar as identidades étnicas dos povos conquistados e substituí-las por uma identidade coletiva assíria.

Referências

AMIET, P. *Introduction à l'histoire de l'art de l'antiquité orientale*. Paris: Desclée de Brouwer, 1979.

ASSMAN, J. *La Mémoire Culturelle – Écriture, souvenir et imaginaire politique dans les civilisations antiques*. Paris: Flammarion, 2010.

BAHRANI, Z. *Rituals of War – The body and violence in Mesopotamia*. New York: Zone Books, 2008.

BARNETT, R. D. *Sculptures from the north palace of Ashurbanipal at Nineveh (668-627 B.C.)*. London: The British Museum Publications, 1976.

BEDFORD, P. R. Neo-Assyrian Empire. In: Morris, I.; Scheidel, W. (eds.). *The Dynamics of Ancient Empires. State Power from Assyria to Byzantium*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2009, p. 30-65.

BIENKOWSKI, P; MILLARD, A. *Dictionary of the Ancient near East*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2000.

BLACK, J.; GEORGE, A.; POSTGATE, N. *A Concise Dictionary of Akkadian*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2000.

BORDREUIL, P.; BRIQUEL-CHATONNET, F.; MICHEL, C. *Les Débuts de l'Histoire*. Paris: Éditions de La Martinière, 2008.

CAD. *Chicago Assyrian Dictionary*. Chicago: The Oriental Institute of the University of Chicago, 1956-2006.

COLLINS, P. *Assyrian Palace Sculptures*. London: The British Museum Press, 2008.

CURTIS, J. E.; READE, J. E. *Art and Empire: Treasures from Assyria in the British Museum*. New York: The Metropolitan Museum of Art, 1995.

FAIVRE, X. Deportations et Butin. *Les Dossiers D' Archeologie*, Paris, n.160, p.70-75, 1991.

FALES, F. M. *Guerre et Paix en Assyrie. Religion et impérialisme*. Paris: Les Éditions du Cerf, 2010.

FINKELSTEIN, I; SILBERMAN, N. A. *A Bíblia não tinha razão*. São Paulo, Girafa, 2003.

GOLDSTONE, J.; HALDON, J. Ancient States, Empires, and Exploitation: Problems and Perspectives. In: MORRIS, I.; SCHEIDEL, W. (eds.). *The Dynamics of Ancient Empires. State Power from Assyria to Byzantium*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2009, p. 3-29.

GLASSNER, J.-J. *Chroniques Mésopotamiennes*. Paris: Les Belles Lettres, 1993.

_____. *La Mésopotamie*. Paris: Les Belles Lettres, 2002.

JOANNÈS, F. *La Mésopotamie au 1er millénaire avant J.-C.* Paris: Armand Colin, 2000.

_____. (org.). *Dictionnaire de la Civilisation Mésopotamienne*. Paris: Robert Laffont, 2001.

LABAT, R.; MALBRAN-LABAT, F. *Manuel d'Épigraphie Akkadienne*. Paris: Geuthner, 1988.

LAYARD, A. H. *The Monuments of Niniveh*. London: John Murray, 1853.

LIVERANI, M. *Para além da Bíblia*. História Antiga de Israel. São Paulo: Paulus; Loyola, 2008.

MORRIS, I.; SCHEIDEL, W. (eds.). *The Dynamics of Ancient Empires. State Power from Assyria to Byzantium*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2009.

NADALI, D. Ashurbanipal against Elam figurative patterns and architectural location of the Elamite wars. *Historiae*, Roma, n.04, p. 57-91, 2007.

ODED, B. *Mass Deportations and Deportees in the Neo-Assyrian empire*. Wiesbaden: Verlag, 1979.

_____. *War, Peace and Empire. Justifications for war in Assyrian Royal Inscriptions*. Wiesbaden: Verlag, 1992.

PANOFSKY, E. *Estudos de Iconologia*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

OTZEN, B. Israel under the Assyrians. In: LARSEN, M. T. (ed.). *Power and Propaganda. A symposium on ancient empires*. Copenhagen: Akademisk Forlag, 1979, p. 251-261.

PARKER, B. J. *The Mechanics of Empire. The Northern Frontier of Assyria as a case Study in Imperial Dynamics*. Helsinki: University of Helsinki, 2001.

PARPOLA, S. National and Ethnic Identity in the Neo-Assyrian Empire and Assyrian Identity in Post-Empire Times. In: *Journal of Assyrian Academic Studies*, Vol. 18, no. 2, 2004

PARROT, A. *Assur*. Paris: Gallimard, 2007.

POSTGATE, J. N. *Early Mesopotamia*. London and New York: Routledge, 1992.

POZZER, K. M. P. A Magia na Mesopotâmia. In: FUNARI, P. P.; SILVA, J. G.; MARTINS, A. L. (orgs.). *História Antiga – contribuições brasileiras*. São Paulo: FAPESP/Annablume, 2008.

_____. Uma História Assíria: o espetáculo do terror em uma composição artística. In: ROSA, C. B.; MARQUES, J. B.; TACLA, A. B.; MENDES, N. M. (orgs.). *A Busca do Antigo*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2011.

_____. Relações de Poder no Império Assírio: Arqueologia e Iconografia da Conquista de Lakiš. In: *Maracanan*, v. IX, p. 10-31, 2013.

PRITCHARD J. B. *Ancient Near Eastern Texts, Relating to the Old Testament*, 3ª edição com suplementos, Princeton, 1969.

READE, J. *Assyrian Sculpture*. London: The British Museum Press, 2006.

ROAF, M. Palaces and temples in Ancient Mesopotamia. In: SASSON, J. M. (ed.). *Civilizations of the Ancient Near East*. Peabody: Hendrickson Publishers, 2000, p.423-441.

RUSSELL, J. M. Sennacherib's Palace Without Rival Revisited: Excavations at Nineveh and the British Museum Archives. In: PARPOLA, S.; WHITING, R. *Assyria 1995*. Helsinki: University of Helsinki, 1997, p. 295-306.

_____. *The Writing on the Wall*. Studies in the architectural context of Late Assyrian Palace Inscriptions. Winona Lake: Eisenbruns, 1999.

SERRES, R. S.; OLIVEIRA, S. T.; SILVA, S. S.; LIMA, J. S.; POZZER K.M. P. A Tecnologia da Guerra nos Relevos Neo-Assírios. In: *Revista de Iniciação Científica da ULBRA*. n.7, 2008.p. 169-179.

TALON, Ph. *Annales Assyriennes*. Bruxelles: E.M.E., 2011.